

Centristas do PMDB não lançam documento antes de ter maioria

BRASÍLIA — Derrubar em definitivo a tese de apoio crítico do PMDB ao governo para assumir uma postura inquestionável de sustentação do presidente José Sarney é o objetivo do chamado "Centro Democrático" do PMDB, segundo um de seus articuladores, autores de um manifesto em que fixam suas posições. De acordo com a mesma fonte, o documento ainda não foi divulgado porque não foram angariadas as 130 assinaturas essenciais para a tese ser posta em prática com uma negociação que envolveria, na segunda fase, o PFL.

Os líderes do grupo reúnem-se na próxima segunda-feira para uma avaliação e só então definem se a leitura pública do manifesto será finalmente feita no dia seguinte, quando a bancada do PMDB na Constituinte estará reunida para discutir a duração do mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo a ser adotado na Constituinte.

Um dos articuladores, o deputado Expedito Machado, continua a recusar-se a falar sobre o conteúdo do manifesto, que está sendo passado entre os deputados e senadores do PMDB. "Na última avaliação que fizemos, já tínhamos 107 assinaturas", limitou-se a informar alegando que "se a gente mostrar o documento à imprensa, ele perde a força".

O deputado Prisco Vianna não o assinou e justificou: "Para dar apoio ao Sarney não preciso assinar documento nenhum". Mas leu-o. Prisco diz que ele se divide em três pontos básicos: uma introdução com duras críticas à direção do PMDB, uma declaração de independência dos signatários em relação à cúpula e uma declaração de apoio irrestrito ao presidente José Sarney e à transição democrática.

O líder do partido na Câmara, Luís Henrique, conversou várias vezes nos últimos dias com Expedito Machado e o líder do governo no Congresso, Carlos Sant'Anna, na tentativa de evitar a divulgação do manifesto. Com essas negociações, e também devido à posição de muitos dos signatários, a leitura não deverá mais ser feita em plenário, como foi anunciado no princípio, mas numa reunião interna do partido.

— Só vamos divulgar quando atingirmos as 130 assinaturas, que é número que calculamos atingir com as nossas propostas — disse ontem Carlos Sant'Anna, garantindo que já haviam sido angariadas 110 — e não 107, como informara Expedito Machado.

— Nós não queremos atingir ninguém. Queremos um partido aberto, em que as decisões e ações não sejam centralizadas, como são hoje e que seja fortalecido — disse Expedito Machado, negando que o manifesto seja um libelo contra o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Ulysses tem um papel histórico, nós temos consciência de que não dispomos de ninguém para substituí-lo e o que queremos é vê-lo fortalecido, assim como queremos garantir a transição democrática", afirma o deputado.

Expedito não quer perder a iniciativa

Uma assinatura importante conseguida pelo "Centro Democrático" para o documento é a do deputado Bernardo Cabral (AM), relator da Comissão de Sistematização e responsável pelo texto final da nova Constituição. Expedito Machado é favorável à imediata divulgação do documento, pois está preocupado com o movimento de alguns deputados mais novos, de orientação progressista, como Antônio Brito (RS), que também estão protestando contra o excessivo centralismo da cúpula do partido. Machado teme que a iniciativa dos novos deputados, ao dividir politicamente o sentimento de insatisfação das bancadas, possa encurtar o espaço dos moderados para conquistar outras adesões ao manifesto.

Outros organizadores do grupo, porém, acham que o manifesto não deve ser divulgado antes de reunir a assinatura da maioria dos deputados e senadores do PMDB. Eles acreditam que é possível, pelo menos, obter mais cinquenta assinaturas na próxima semana. O deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo, que embora não apareça ostensivamente como um dos cabeças do grupo, é um dos principais responsáveis pela sua articulação, também está recomendando cautela. Para ele, o documento só deve ser divulgado depois de um sinal verde do Palácio do Planalto.

O deputado Roberto Cardoso Alves, um dos mais ativos parlamentares moderados do PMDB, procurado pelos organizadores do grupo, recusou-se a assinar o manifesto, que acha pouco definido politicamente. O documento, na verdade, passa ao largo da crise econômica e política do país, não se define quanto à duração do mandato presidencial ou sobre o novo regime político. Concentra-se nas críticas à falta de democracia interna.

Diretório Regional vai dar sua opinião

O Diretório Regional do PMDB fluminense vai se reunir dia 5 de junho, uma sexta-feira, para se manifestar, a pedido do presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, sobre o sistema de governo que prefere e de quanto tempo deve ser o mandato do presidente José Sarney e dos seus sucessores.

A convocação foi decidida pelo presidente do diretório, senador Nelson Carneiro, depois de uma conversa com o deputado Ulysses Guimarães. Segundo o senador, o presidente nacional do PMDB deseja levar para a convenção do partido, a se realizar dias 13 e 14 de junho em Brasília, a posição não só das bancadas na Constituinte e dos governadores, mas das bases pemedebistas, de todos os estados, sobre o mandato ideal dos presidentes da República e o sistema de governo mais imune às crises: parlamentarismo (misto ou ortodoxo) e presidencialismo.

— Eu sou parlamentarista por formação — afirmou Nelson Carneiro —, mas não pretendo influenciar a decisão do diretório pemedebista do Estado do Rio. Sobre o debate em torno do tempo de mandato de Sarney, acho errado centrar a busca de fórmulas no presente. Como constituinte eu desejo (e quero ter a ilusão de que assim será) que a nova Carta dure, pelo menos, 50 anos. Sendo assim, os futuros mandatos são mais importantes do que o do atual presidente, que poderá ser de quatro, cinco ou seis anos, desde que não comprometa o destino da Constituição que estamos elaborando.

Nelson assegurou que a reunião do diretório pemedebista do Estado do Rio, dia 5 de junho, será específica. "Não vamos discutir questões de política regional, que podem esperar um pouco mais".

Bancada da Aliança reúne-se com Moreira

O governador Wellington Moreira Franco fará na próxima quinta-feira, em Brasília, uma nova reunião com a bancada de deputados federais eleita pela Aliança Popular Democrática, para um debate específico sobre temas econômicos. Há dois dias, na sede da Secretaria de Articulação do Estado do Rio com a União, Moreira discutiu com os parlamentares questões institucionais e passou a defender o ponto-de-vista da maioria deles, que é a favor de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

A idéia de Moreira, nessa sua nova ida a Brasília, é a de levar os deputados da Aliança Popular Democrática — a coligação de partidos que o elegeu em novembro de 1986 —, a se interessar pela defesa das soluções que os problemas econômicos do estado reclamam. O governador salienta que os problemas fluminenses, no setor do desenvolvimento agropecuário e industrial, exigem decisões políticas, e que é mais fácil buscá-las de maneira uniforme.